

# Delfim reconhece que sua inflação era “indecente”

Da Sucursal

São Paulo — O ex-ministro da fazenda e candidato à deputado federal pelo PDS paulista, Antônio Delfim Netto, usou e abusou, ontem, da ironia contra o Plano Cruzado ao falar num siminário sobre “Perspectivas da Economia Brasileira”, em São Paulo. Para atrair a atenção de uma centena de economistas, entre os quais alguns antigos alunos seus, Delfim disse a certa altura que no seu Governo a inflação era realmente alta e indecente mas era estável. Ao ser questionado sobre o que quis dizer em comparação com o cruzado, Delfim limitou-se a afirmar que “Hoje eu não sei, vocês é que sabem”.

Segundo o ex-ministro, o fundamental nessa questão é que “fizemos um ajuste cavalar nas contas do País, que não foi gratuito, pois implicava numa relação de câmbio-salário”. Para ele, em meio à crise mundial, o Brasil foi o único país em desenvolvimento que soube enfrentar esse problema, “sem se preocupar com uma política populista e de aplauso fácil”. Delfim Netto fez uma rápida palestra onde afirmou que déficit público é maior que os 4,7 por cento identificado pelo Governo.

Ele aproveitou a chance para criticar a “orgia” de importações que na sua opinião, trarão dificuldades para a balança comercial brasileira em futuro próximo. Para ele, os preços mínimos vão desencorajá-lo o setor agrícola agravando o problema do abastecimento em 1987. Ele entende que são necessárias correções nos preços e mudanças cambiais além de medidas fiscais mais apertadas para depois das eleições. “Após o 15 de novembro o Governo não vai mais nos tratar como eleitores e sim como consumidores e produtores”.

De outro lado, os economistas que participaram do encontro mostraram consenso em torno da necessidade urgente de um “pacote” e não ações isoladas — de medidas de ajuste da economia que se traduziria no chamado “cruzado 2”. A maioria deles, no entanto, não acredita que o caminho seja apenas o aperto monetário, ou o aperto fiscal. Antônio Lanzana, professor do economista da USP, observou que o ajuste deve ser “amplo”, precisamos de uma política monetária mais controlada, mas evitando descarregar tudo por aí, pois haveria o perigo de se elevar demais os juros e

**D**comprometer os novos investimentos, disse Lanzana.

Para ele, o ideal seria combinar essas medidas com “uma política fiscal mais rígida, sobretudo no controle dos gastos públicos”. A tudo isso, Antônio Lanzana soma ainda o realinhamento de alguns preços defasados e aumentos salariais realmente negociados “para evitar que o gatilho reacione a indexação da economia”. Finalmente, Lanzana não deixou de lado a necessidade de um novo (ou novos) ajuste cambial, para aliviar pressões internas nos preços (aumento de salários e matérias-primas). Caso contrário, “manter as colas como estão poderá trazer sérios problemas para o nosso setor externo”, disse.

O professor de estatística e economia da USP, Akhiro Ikeda, ex-assessor de Delfim e ativo cabo eleitoral do ex-ministro também acha que o problema do abastecimento está se agravando e começa a dar sinais de estar afetando a balança comercial — estamos importando mais do que era previsto e exportando menos — por isso, ele entende que o País está perdendo reservas e as remesas aumentando.

Akhiro Ikeda salientou que não sabe exatamente quais os ajustes mais necessários ao cruzado, “mas garantiu que eles podem ser feitos sem recessão, mesmo tocando ou retocando alguns preços relativos. “Pois uma política monetária apertada já está ai causando uma certa elevação nas taxas de juros”, concluiu. Ao contrário, o diretor da Faculdade de Economia e Administração da USP, Roberto Macedo, tem quase uma receita para essa ajustes rápidos, que, se não vierem logo, poderão fazer retornar “a inflação ou recessão”.

Para Macedo, o ágio, a ampliação nas dificuldades de abastecimento e as tensões cambiais estão se generalizando. “Acho que o calendário eleitoral adiou em conjunto de medidas que virão inevitavelmente depois de 15 de novembro”, frisou Macedo. Essas medidas, segundo o professor, traduzem-se no seguinte: revisão dos preços relativos, controle da demanda agregada (global), medidas fiscais sobre as classes mais abastadas, indo até mesmo aos mecanismos de indução de poupança tanto para o setor público como privado. Finalmente, esclareceu Macedo, tudo teria que ser amarrado com uma substancial redução nos gastos públicos.